3R

Ano II • Edição 7 • Dezembro 2022

Revista bimestral da Justiça Federal da 3ª Região

Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial

Mutirão levou serviços jurídicos, de cidadania e assistência social à população ribeirinha do Rio Paraguai

Nesta edição

Mutirão realiza mais de 10 mil atendimentos a pessoas em situação de rua

Conheça os quatro projetos vencedores do Inovafest

Capacitismo: Combata o preconceito contra pessoas com deficiência

Editorial

Ano novo, forças renovadas

Marisa Santos, Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Senhoras magistradas, senhores magistrados,
Senhoras servidoras, senhores servidores,

Chegamos ao final de 2022. Um ano em que certamente não faltaram desafios, com novos picos da pandemia e, logo no início desta gestão, o ataque hacker do dia 30 de março. Acima de tudo, um ano de importantes conquistas, de superação, de concretização de projetos. Um ano de crescimento para o Tribunal e para todos nós, sempre em busca de prestar um melhor serviço ao cidadão.

E é com orgulho que encerramos 2022 e a edição desta Revista apresentando o resultado de duas grandes realizações que aproximaram a 3ª Região justamente daquele jurisdicionado mais carente: o Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial, que, em novembro, levou diversos serviços a comunidades ribeirinhas do Tramo Norte do Rio Paraguai, no Mato Grosso do Sul; e o Pop Rua Jud Sampa, que, em duas edições realizadas em 2022, garantiu cidadania a pessoas em situação de rua do centro da capital mais rica do país.

Longe dos grandes centros urbanos ou justamente bem no centro deles, pessoas invisibilizadas puderam acessar serviços básicos, como a expedição de um documento de identidade, para, assim, pleitear seus direitos.

Foi assim que Dona Diva, aos 104 anos de idade, conseguiu, na segunda parada do JEF Itinerante Fluvial, em Paraguai Mirim, ter reconhecido o direito a uma aposentadoria por idade rural e à pensão por morte decorrente do falecimento de seu marido (pág. 7). E que Manoel Machado, um cadeirante que mora na região do Brás, em São Paulo, pôde buscar, durante a segunda edição do Pop Rua Jud Sampa, o benefício assistencial a um filho com deficiência (pág. 12).

Essas duas ações só foram possíveis graças ao empenho de todos nós e de parcerias indispensáveis com instituições públicas e privadas. Soluções conjuntas para problemas complexos, transformando ideias em realidade.

Aliás, de nossos servidores e magistrados o que não faltam são boas ideias. Foi o que vimos no Inovafest, o primeiro festival de inovação da Justiça Federal da 3ª Região. Tive a honra de compor a comissão julgadora e conheci de perto grandes propostas de melhoria de nossos serviços administrativos e judiciais. Confira os detalhes dos projetos vencedores na página 13 e descubra como desenvolver um projeto em nossos laboratórios de inovação.

A edição desta revista também trata de um tema sensível e de grande importância para esta gestão: acessibilidade. No último dia 3, celebramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Reportagem especial da 3R apresenta debate sobre como combater o preconceito e promover, de fato, inclusão nos nossos ambientes de trabalho.

Na seção Aconteceu, os eventos eletrizantes que mobilizaram a todos no último bimestre, com chegadas e despedidas de magistrados, novas unidades judiciárias e até (mais uma) premiação para a JF3R.

Em PJe Informa, um ajuste feito pela Assessoria de Gestão de Sistemas da Informação assegura que atos judiciais assinados tenham a movimentação processual correspondente vinculada no sistema, evitando retrabalhos. Novamente, com grandes ou pequenas inovações, nosso trabalho avança todo dia.

Em Conhecendo a Justiça, apresentamos a Subseção Judiciária de São Vicente, a primeira cidade fundada em terras brasileiras, em 1532. A Justiça Federal chegou ao município em 2014 e hoje, comandada por quatro magistradas, é responsável por mais de 34 mil processos.

Do século XVI para cá, o Brasil evolui ano a ano, e a Justiça Federal, sem deixar ninguém para trás, evolui também.

A força de vontade de nossas equipes nos impulsiona. E assim, neste fim de ano, colhemos os frutos de tanto trabalho. Que nas festas que se aproximam possamos pausar um pouco e celebrar a vida com nossos familiares, para retornamos, em 2023, com novas forças, para novos plantios em benefício de toda a sociedade.

Feliz natal a todos e boas festas!!!

Expediente

Coordenação
Caio Amaral da Costa Carvalho
Assessoria de Comunicação Social do TRF3

Projeto Gráfico
Hélio Cesário Martins Jr.

Edição
Ana Carolina Minorello
Ricardo Acedo Nabarro

Textos e reportagens
Andrea Aparecida da Silva
Edmilson Gomes da Silva
Ester Laruccia Penido
Mônica Gifoli Theodoridis
Sérgio Ricardo Quaranta
Silvana de Freitas
Wellington Luiz de Campos

Imagens
Anne Rosa Duarte
Edson Nagase Kenji
João Fábio Pinto César Kairuz
Oscar Eduardo Motta Mello
Paulo Cesar Polimeno

Diagramação
Wladimir Wagner Rodrigues

Estagiário
Lucas Moura Vilela

Juizado Itinerante Fluvial atende população ribeirinha do Rio Paraguai

Mutirão levou serviços jurídicos, de cidadania e assistência social em navio da Marinha

Ricardo Nabarro

Na manhã do dia 4 de novembro de 2022, uma equipe de 43 voluntários e cerca de 50 tripulantes do navio da Marinha Almirante Leverger zarparam do porto do 6º Distrito Naval, em Corumbá/MS, rumo ao norte do estado de Mato Grosso do Sul, em uma jornada de oito dias pelo Rio Paraguai, levando diversos serviços de cidadania e assistência social à população ribeirinha que vive na região.

Servidores, magistrados, assistentes sociais, procuradores, advogados da União, defensor público, policiais civis, entre outros profissionais, levaram consigo, além dos materiais necessários ao atendimento da população, a expectativa de participar de um trabalho humanitário, voltado para ajudar as pessoas mais necessitadas que vivem distantes dos centros urbanos.

Em seis dias de trabalho, o Juizado Especial Federal (JEF) Itinerante Fluvial atendeu 323 moradores das comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas que vivem na região do Rio Paraguai, com R$ 389.359,00 expedidos em Requisições de Pequeno Valor.

Ao todo, foram realizados 586 serviços de assistência social; 170 expedições de registro de identificações pela Polícia Civil – Comarca de Corumbá (RGs); 56 certidões de nascimento; 119 atendimentos da Defensoria Pública Estadual de Mato Grosso do Sul (DPE/MS); 138 audiências pela Justiça Federal, com 117 acordos homologados (85%); 29 perícias médicas e 25 implantações diretas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A força-tarefa também contou com orientações jurídicas promovidas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Defensoria Pública da União (DPU) que, ao final, registrou cerca de 140 serviços solicitados pela população local.

Acordos

O destaque no JEF Itinerante Fluvial foi a quantidade de acordos firmados entre as partes, atingindo 85% dos casos que foram levados à audiência. “Foi um trabalho extremamente positivo. Isso significa que todas as instituições envolvidas com o projeto atuaram em sintonia e tiveram o objetivo de trazer o melhor para as comunidades”, disse a diretora do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juíza federal Monique Marchioli Leite.

Navio da Marinha do Brasil Almirante Leverger transporta equipe do JEF Itinerante Fluvial pelo Rio Paraguai

A iniciativa contou com a participação de órgãos como o INSS, Ministério Público Federal (MPF), Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU), DPE/MS e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS (Sejusp/MS).

Para o juiz federal Fernando Nardon Nielsen, coordenador da expedição, foi um trabalho que trouxe, além da prestação jurisdicional, engrandecimento pessoal a quem atuou no projeto. “Conseguimos implantar muitos benefícios e dar voz às pessoas que, muitas vezes, são esquecidas pelo Estado brasileiro, seja pela distância ou falta de informação. Foi um trabalho enriquecedor, que devolveu um pouco da dignidade a quem mais precisa dela.”

Ribeirinhos são atendidos pela equipe do JEF Itinerante Fluvial, na sede do Instituto Agwa

Para o procurador federal Dany Shin Park, que pertence à equipe regional previdenciária da 3ª Região, o JEF Itinerante foi uma oportunidade única de levar direitos sociais e acesso à Justiça para esses brasileiros que vivem em locais remotos do Pantanal sul-mato-grossense. “Estar ao lado de pessoas com tamanha força, coragem e bondade me fizeram ter mais orgulho de ser brasileiro”, disse.

Jorge Cândido dos Reis, 64, começou a trabalhar no campo aos 15 anos e depois virou pescador. Obteve aposentadoria por idade rural

Diva Alexandrina Martins, com 104 anos e 13 filhos, teve o benefício LOAS convertido em aposentadoria por idade rural. Seu marido, já falecido, também teve a aposentadoria reconhecida. Com isso, dona Diva também teve direito à pensão por morte

Cecília Conceição Gregório, 52, era cozinheira e teve um AVC, que deixou sequelas em seu braço. Conseguiu converter o auxílio-doença em aposentadoria por invalidez

Cacique Osvaldo, da aldeia Uberaba, etnia Guató. "Temos 47 famílias em nossa aldeia, que fica em uma ilha no meio do rio. Nossa maior dificuldade é o deslocamento, principalmente no período da seca, e muitos indígenas não têm documentos como certidão de nascimento e RG. A vinda desses serviços e da Justiça é muito importante para nossa comunidade."

Paulo Britto Vasconcellos, 40, sofreu acidente quando instalava um portão e fraturou as pernas. Obteve o auxílio por incapacidade temporária acidentária

Leonilda Aires de Souza, mais conhecida como "Dona Eliane", é presidente da Associação de Mulheres Artesãs do São Lourenço. "A vida das mulheres aqui não é nada fácil. Temos de cuidar da roça, da horta, da casa, dos filhos, capinar, pescar, enfim, são muitas as atividades e acabamos adoecendo por causa disso. Somos o homem e a mulher ao mesmo tempo. Esta ação da Justiça Federal é muito boa para todas nós."

Valdeir Rosa Martins, 27, conseguiu obter o seguro defeso. Sua esposa, Helena Dias de Olveira, 23, o salário-maternidade

Iracema Vieira dos Santos, 56, possui enfizema pulmonar e conseguiu a aposentadoria por invalidez

Antônio Cláudio de Araújo, 63, trabalhou a vida inteira no campo e saiu do JEF Itinerante com a aposentadoria por idade rural garantida

Histórias de emoção e gratidão

Ao longo da expedição, que fez três paradas de dois dias em cada local (Escola Rural do Jatobazinho, Instituto Agwa e Escola Rural da Barra do São Lourenço), a emoção tomou conta de todos, especialmente daqueles que participaram das audiências e presenciaram momentos de alegria e realização dos ribeirinhos que conquistaram o direito a um benefício.

"Tivemos contato com dramas reais, que demonstraram a vulnerabilidade daquelas pessoas e nos impactaram muito", disse a juíza federal Monique Marchioli Leite. "A maioria é composta por mulheres que vivem no Pantanal e estão abandonadas pelo Estado, mas mesmo assim são sobreviventes."

Diretora do Foro da SJMS, Monique Marchioli Leite discursa no encerramento do JEF Itinerante Fluvial

Juiz federal Fernando Nielsen, coordenador da expedição, e Claudinei Eloy de Moraes, 62, que conquistou a aposentadoria por idade rural

Rosimeire Silva de Moraes, 32, é mãe de um bebê de sete meses e obteve o salário-maternidade

"A maioria são mulheres que vivem no Pantanal e estão abandonadas pelo Estado, mas mesmo assim são sobreviventes."

Monique Marchioli Leite, juíza federal

A magistrada lembrou o caso de uma senhora que esperou cinco anos para se aposentar e, depois da concessão do benefício em audiência, contou que sua casa tinha pegado fogo durante as queimadas do Pantanal. “O valor que ela vai receber de atrasados, R$ 60 mil, foi o maior deste itinerante e servirá para ela reconstruir sua casa”, disse.

Parte da equipe do JEF Itinerante Fluvial, em Barra do São Lourenço/MS

Instituições que apoiaram e participaram da ação

Marinha do Brasil, UFMS, INSS, MPF, AGU (Procuradoria Federal e Procuradoria da União), Instituto Agwa, Instituto Homem Pantaneiro, DPU, DPE/MS, Sejusp/MS, Ecologia & Ação, Polícia Militar Ambiental, Instituto Acaia Pantanal, Associação dos Registradores Civis de Pessoas Naturais de Mato Grosso do Sul, Instituto Brasileiro de Direito de Família, Prefeitura Municipal de Corumbá (CRAS, Povo das Águas) e Corpo de Bombeiros Militar.

Confira mais histórias como essas em vídeo especial sobre o evento

Pop Rua Jud Sampa realiza mais de 10 mil atendimentos a vulneráveis na capital paulista

Segunda edição do evento reuniu 40 entidades para oferecer serviços de cidadania

Monica Gifoli Theodoridis

O município de São Paulo possui 12 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R$ 62 mil. Além da grandeza, os números escancaram as diferenças sociais. De acordo com o Censo municipal de 2021, há **31.844 pessoas em situação de rua**.

O difícil acesso a moradia, alimentos, saúde e higiene, além da vulnerabilidade ao frio, calor, chuva e vento, deixam esses cidadãos à margem da sociedade.

Com o intuito de levar cidadania a pessoas socialmente invisibilizadas, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) realizou, entre os dias 21 e 23 de novembro, a segunda edição do "Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo - Pop Rua Jud Sampa", na Praça da Sé, capital paulista.

A iniciativa atende à Resolução CNJ nº 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua. A força-tarefa envolve três eixos: atendimento assistencial e de saúde, cidadania e judicial.

"É uma boa prática, que deve ser produzida permanentemente pela Justiça e instituições parceiras. Temos um comprometimento intenso com a população mais vulnerável, que vai além da atividade judiciária. É um exercício de humanismo, civilidade, fraternidade e solidariedade", disse o coordenador do Gabinete da Conciliação da 3ª Região, desembargador federal Carlos Muta.

Para a juíza federal Raecler Baldresca, uma das coordenadoras do evento, as expectativas do último "Pop Rua" foram ambiciosas. "Com a realização da primeira edição, adquirimos conhecimento e segurança para realizar a segunda e tivemos mais tempo para a preparação."

Raecler Baldresca, juíza federal

Como resultado, mais de 40 entidades ofereceram serviços multidisciplinares como orientação jurídica, emissão de documentos, atualização em programas sociais (CadÚnico), requerimentos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), regularização do título de eleitor, certificado de reservista, oportunidades de emprego, orientações sobre direitos humanos, das mulheres, LGBTQIA+, imigrantes e egressos do sistema penitenciário.

Na área de saúde e assistência social, foram realizados testagem rápida de HIV, sífilis e hepatite; vacinação de adultos e de crianças; aferição de pressão arterial; orientação para diabetes, tuberculose, álcool e drogas; saúde bucal; cortes de cabelo e maquiagem. Também foram disponibilizados brinquedoteca e serviços para animais de estimação.

A presidente do TRF3 ressaltou a importância de o Tribunal coordenar o trabalho interinstitucional. “Essa população é invisível para a sociedade e nós somos invisíveis para ela. O bom é eles saberem que existe uma Justiça Federal interessada neles, que os está vendo e quer atendê-los. Então, todos saem ganhando”.

Marisa Cucio, juíza federal

De acordo com a juíza federal em auxílio à Presidência Marisa Cucio, que também participou da coordenação, houve melhora qualitativa na prestação dos serviços, em especial no núcleo de cidadania.

“Aprendemos com os gargalos e outras dificuldades do primeiro mutirão e aprimoramos o que foi possível: melhor internet, mais barracas, mais espaço, o que possibilitou mais postos de trabalho nos órgãos e mais rapidez no atendimento.”

O 1º Pop Rua Jud Sampa foi realizado entre os dias 15 e 17 de março e atendeu cerca de 8 mil pessoas.

Manoel Machado tem 56 anos, é cadeirante e mora na região do Brás. Ele compareceu ao Pop Rua Sampa para tratar do benefício assistencial do filho com deficiência e teve o auxílio cessado pelo INSS.

“Essa população é invisível para a sociedade e nós somos invisíveis para ela. O bom é eles saberem que existe uma Justiça Federal que os está vendo e quer atendê-los.”

Marisa Santos, desembargadora federal e Presidente do TRF3

YouTube

Ronaldo Pires Silva, um dos atendidos

"Ele tem direito ao benefício. Já juntei todo tipo de laudo, mas até hoje não saiu nada. Vim para cá resolver isso, pois o valor que recebo não é suficiente para nossa sobrevivência", ressaltou.

Ronaldo Pires Silva, 43, é de Moçambique. Ele veio para o Brasil há 15 anos a fim de proporcionar uma vida melhor para a família. Atualmente vive em um albergue e tem emprego, mas está afastado em virtude de um acidente. Ele disse que foi ao mutirão porque estava sem documentos, que haviam sido roubados. "Graças a Deus, consegui resgatar todos aqui neste mutirão. Esse serviço é fundamental. Um homem sem documento não é nada".

Elisabete Aparecida Gonçalves, 65, é pensionista, mora no Brás e foi atendida nas barracas de cidadania e do INSS. Ela conseguiu fazer inscrição no CadÚnico e também obteve orientações sobre descontos na conta bancária, em virtude dos juros de empréstimos. "Hoje obtive serviços que as pessoas vulneráveis não têm acesso, estou achando ótimo", ressaltou.

Atendimento em uma das barracas do Pop Rua Jud Sampa

"Temos um comprometimento intenso com a população mais vulnerável, que vai além da atividade judiciária. É um exercício de humanismo, civilidade, fraternidade e solidariedade."

Carlos Muta, desembargador federal e coordenador do Gabinete da Conciliação da 3ª Região

O Pop Rua Jud Sampa 2 realizou mais de 10 mil atendimentos

- A Justiça Federal da 3ª Região atendeu **182 pessoas**, resultando na distribuição de **11 processos** pelo Juizado Especial Federal.
- O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) atendeu **381 pessoas** para serviços diversos como emissões de certidões, comparecimento de albergados, agendamento virtual, extinção de multa penal, entre outros.
- O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) realizou **25 consultas** processuais e três atermações.
- O Instituto de Identificação da Polícia Civil do Estado de São Paulo (IIRGD) emitiu **326 RGs.**
- O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) expediu **420 títulos de eleitor** e **293 requerimentos de dispensa de pagamento de multa**.
- A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP) fez **180 atendimentos civis e 321 criminais**.
- A Defensoria Pública da União (DPU) realizou **123 atendimentos** relacionados a perícias, avaliação social, benefícios assistenciais (LOAS, BPC, Auxílio Brasil), saque de PIS, FGTS entre outros.
- A Receita Federal fez **429 atendimentos**, desde simples pesquisa de situação fiscal e orientações até inscrições, alterações e regularizações cadastrais.
- O Exército Brasileiro prestou **355 atendimentos**, além de fornecer as **40 barracas** para os atendimentos de todos os órgãos envolvidos no projeto.

Assistência Social

- Foram servidas **10.748 marmitas**, fornecidas em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) e a escola-restaurante do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo.
- A Escola Fios de Ouro atendeu mais de **400 pessoas**, oferecendo cortes de cabelo e de barbas.
- Nos consultórios de rua, foram aplicadas mais de **600 doses de vacinas** contra o coronavírus e a gripe; realizadas cerca de **200 aferições de pressão arterial**, **100 avaliações odontológicas**, e distribuídos mais de **3200 kits de higiene bucal**.
- No cuidado às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), foram realizados mais de **200 testes rápidos**, aproximadamente **50 atendimentos médicos** e encaminhamentos para tratamento e coleta de sangue.
- A Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria de Assistência Social, também atendeu **420 pessoas**, entre elas 20 famílias que foram encaminhadas a abrigos e equipamentos de acolhimento da municipalidade.
- Cerca de **450 pessoas foram inscritas no Cadastro Único (CadÚnico)**, procedimento necessário para a concessão de vários benefícios assistenciais.

Cidadania

- Passaram pela triagem mais de **mil pessoas**, que foram atendidas em diferentes órgãos públicos.
- A Organização Internacional para Migrações (OIM) atendeu **200 pessoas de diversas nacionalidades** - Mali, Nigéria, Venezuela, Paraguai, Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Guiné Equatorial, Camarões, entre outros.
- O Centro de Referência do Atendimento ao Imigrante (CRAI) atendeu mais de **50 pessoas**.
- A Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) atendeu **83 pessoas**.

Houve ainda orientação jurídica, requerimentos de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); oportunidades de emprego; orientações sobre os direitos humanos, das mulheres, LGBTQIA+ e egressos do sistema penitenciário.

Conheça os quatro projetos premiados no INOVAFEST.3R

Comissão julgadora comemorou a qualidade dos finalistas do festival de inovação

Silvana de Freitas

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região realizou, em 2022, o Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R), com a finalidade de divulgar e incentivar soluções inovadoras concebidas por magistrados e servidores.

Foram inscritos 30 projetos nas áreas de Gestão, Serviços, Tecnologia e Processos de Trabalho. Os quatro premiados com a primeira colocação em cada categoria já saíram do papel, estando na fase inicial de implementação ou já funcionando.

Nome do projeto	Categoria	Autor/autores
Expansão do Criando Conexões	Gestão	Carla Rodrigues de Souza
Oficial de Justiça Pacificador	Serviços	Cezar Adriano Dias, Sérgio Luiz de Matteo e Vanessa de Marchi
Modelo Tabular	Tecnologia	Rafael Malowski Belda, Miguel Angelo Caetano, Kátia de Cassia Egídio, Igor Vasconcellos, Áurea Honda, Carlos Fabiano Haddad, Rafael Nunes de Oliveira, Roberto Nonato e Taeko Suda
Cecalc/SJSP	Processos de trabalho	Alexandre Berzosa Saliba, Caio Moysés de Lima, Ivana Barba Pacheco, João Roberto Ottavi Junior e Marina Sabino Coutinho (juízes federais) e Eric Fujita, Keith Richard Gomes Ferreira e Lucas Rodrigues Lobianco (servidores)

Expansão do projeto Criando Conexões fomenta cultura compassiva e empática

Atuação customizada busca ambiente colaborativo de trabalho

A expansão do projeto Criando Conexões foi a primeira colocada na categoria Gestão, do Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R).

O Criando Conexões é um projeto do Centro de Justiça Restaurativa da Justiça Federal de São Paulo (Cejure) que oferece semanalmente encontros virtuais inspirados nos Círculos de Construção de Paz, promovendo ambiente seguro e sigiloso no qual os participantes refletem sobre temas sensíveis.

Agora a ideia é expandir o Criando Conexões para os microambientes das unidades, com projetos customizados, elaborados a partir das necessidades de cada local.

“A intenção é proporcionar cuidado institucional para quem cuida da Justiça”, explicou a servidora Carla Rodrigues de Souza, da Subsecretaria de Comunicação, Conhecimento e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo, que atua no Cejure.

Trata-se de um projeto de Justiça Restaurativa que promove o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas, maneja os conflitos e oferece ferramentas para que os participantes lidem com situações difíceis.

O objetivo é fomentar uma cultura institucional compassiva e empática, viabilizando ambientes colaborativos de trabalho.

A servidora Carla Rodrigues de Souza, ao lado da presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Marcelle Ragazoni Carvalho Ferreira e da presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos. Os quatro premiados receberam uma Echo Show 15: Smart Display Full HD de 15,6” com Alexa

Oficial de Justiça Pacificador estimula atuação propositiva

Projeto permite que oficial seja facilitador de acordos

Mais do que mero portador de comunicações judiciais, o Oficial de Justiça Avaliador Federal (OJAF) pode ser um agente facilitador na solução de conflitos. Essa é a premissa do projeto "Oficial de Justiça Pacificador", classificado em primeiro lugar na categoria Serviços, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R).

Em fase de implementação, a iniciativa possibilita que esse servidor atue propositivamente na intermediação de acordo entre as partes. "É o projeto de uma Justiça mais amigável", explica a oficial Vanessa de Marchi, uma das idealizadoras.

Em 2021, uma pesquisa respondida por 253 dos cerca de 550 oficiais da 3ª Região mostrou que a imensa maioria acredita no potencial das soluções pacíficas e considera poder contribuir para a conciliação se for devidamente capacitada.

O projeto-piloto abrange a execução de demandas que envolvem conselhos de classe, em geral causas numerosas, mas de pequeno valor.

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci/SP) já formalizou adesão.

Os autores do projeto, Cezar Adriano Dias, Sérgio Luiz de Matteo e Vanessa de Marchi, durante a apresentação

Cubos virtuais de dados vão proporcionar informação rápida e segura

Projeto será implementado em 2023

A necessidade de lidar com grande volume de dados, para extrair informações estratégicas de forma rápida e segura, levou uma equipe do setor de Tecnologia da Informação a conceber o projeto Modelo Tabular.

O projeto recebeu a primeira colocação na categoria Tecnologia, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R). A ideia surgiu em 2021, e a implementação está prevista para 2023. O atual Repositório DataWarehouse (DW) será substituído por cubos virtuais para divulgação de dados estatísticos referentes a processos.

O novo sistema deverá proporcionar mais eficiência, consistência das informações, democratização de acesso e segurança, segundo Rafael Malowski Belda, um dos responsáveis pela iniciativa.

O setor de estatística da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) verificou que a crescente demanda do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) por novas dimensões das informações vinha se tornando incompatível com as limitações do banco de dados atual, levando à reavaliação da estrutura do DW.

Miguel Angelo Caetano, Kátia de Cassia Egídio e Rafael Malowski Belda explicam o projeto

Cecalc/SJSP unifica o trabalho de cálculo judicial

Projeto trouxe redução de prazos, entre outros resultados

Antes dispersos nas subseções judiciárias, os 140 servidores dos setores de contadoria da Justiça Federal de São Paulo passaram a atuar de forma conjunta e coordenada a partir de 2021, quando foi criada a Central Unificada de Cálculos Judiciais da Seção Judiciária de São Paulo (Cecalc/SJSP).

A iniciativa foi classificada em primeiro lugar na categoria Processos de Trabalho, no Festival de Inovação da 3ª Região (INOVAFEST.3R). Isso porque maximizou resultados, padronizou procedimentos, promoveu a distribuição equânime dos trabalhos na equipe e se mostrou sintonizado com a perspectiva de escassez orçamentária.

O servidor Eric Fujita explica como a Cecalc foi implementada

O projeto começou com um estudo coordenado pelo juiz federal Caio Moysés de Lima, à época presidente da Comissão das Contadorias da SJSP. Tivemos uma redução no prazo de realização do cálculo, que caiu de 50 para sete dias em média", disse o servidor Eric Fujita, um dos autores.

Antes da unificação, algumas subseções não tinham nenhum contador e outras possuíam apenas um, o que implicava prejuízos na entrega dos cálculos judiciais sempre que esse servidor estava em férias e durante afastamentos.

O regime de trabalho remoto, adotado em razão da pandemia da Covid-19, e a digitalização dos processos favoreceram a concentração da força de trabalho na Central.

YouTube

Saiba mais detalhes do evento

Capacitismo e os desafios de inclusão no ambiente de trabalho

No mês em que se comemora o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (3/12), a Justiça Federal da 3ª Região realiza ações por mais acessibilidade

Ana Carolina Minorello

José Augusto Pires é formado em Direito, tem especialização em Direito Tributário e experiência como advogado em diversos escritórios. Ele foi aprovado no último concurso para o cargo de técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). Ao tomar posse neste ano, esperava uma adaptação traumática. O motivo: o agravamento de sua deficiência visual.

José Augusto Pires em seu novo posto de trabalho

Um ano antes ele havia tomado posse em outro órgão público e, embora a visão estivesse um pouco melhor, foi alocado no almoxarifado, descrito por ele como um espaço apertado, com muitas prateleiras e peças pequenas. Ele conta que sempre que buscava melhorias, as pessoas o faziam se sentir como alguém que "trazia problemas".

Ele explica porque isso é capacitismo: "À medida em que você inferioriza uma pessoa com deficiência e mostra que ela não é bem-vinda ou que está atrapalhando, você diminui o potencial dela e pode causar, inclusive, problemas psicológicos".

Após a experiência traumática, ele chegou receoso ao TRF3, mas encontrou outro cenário. Atualmente ele trabalha na Divisão de Apoio Jurídico a Gestão de Pessoas (DAJU). "É uma área que, embora tenha um viés administrativo, é um consultivo jurídico, assim eu consigo atuar na área que eu gosto, que é o Direito".

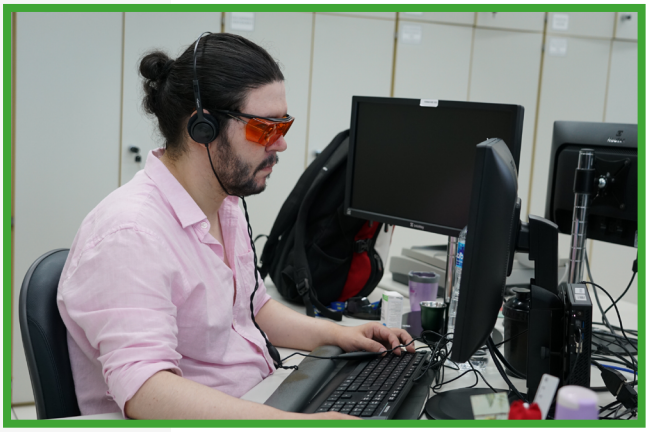
Ele aprendeu a usar o programa de leitor de telas NVDA (NonVisual Desktop Access) e já consegue fazer análises jurídicas nos processos. Segundo ele, as barreiras arquitetônicas, tecnológicas, entre outras, são superáveis, mas se não houver respeito e empatia para superar a barreira atitudinal, não se consegue fazer inclusão digna da pessoa

com deficiência (PcD).

“Eu diria que a palavra-chave é o diálogo. O receio vai existir das duas partes, tanto do gestor quanto do PcD. Então ambos os lados têm que estar abertos para compreender o que o outro precisa e para receber feedbacks. Aqui na DAJU eu encontrei isso e foi um diferencial muito grande para que eu ganhasse confiança e pudesse desenvolver o meu trabalho”, declarou.

Afinal o que é capacitismo?

Capacitismo é a discriminação e o preconceito contra pessoas com deficiência. O servidor Leondeniz Candido de Freitas, membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região, explica que capacitismo está relacionado à crença de que pessoas com deficiência são menos capazes. Ele conta que é um termo novo, mas se equipara ao racismo e à homofobia.



José Augusto Pires trabalha com leitor de tela NVDA

A diretora médica da Associação de Assistência a Crianças com Deficiência (AACD), Daniella Neves, afirma que comete capacitismo quem olha uma pessoa com deficiência e não olha o indivíduo e sim a deficiência.

“Você pode julgar dois aspectos: ou que ele é incapaz de fazer o que a maioria das pessoas faz, ou, fazendo o que a maioria das pessoas faz, ele é um herói por isso”, exemplifica.

Já a secretária municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Silvia Grecco, conta que o capacitismo aparece especialmente quando a sociedade olha para pessoas com deficiência com dó ou piedade. “Não existe tadinho, são pessoas felizes, realizadas, com suas limitações, lógico, com seu tempo, sim, mas todos nós também temos o nosso tempo. O que precisamos é de respeito”, afirmou.

Saiba mais sobre capacitismo em vídeo especial sobre o tema produzido pela Assessoria de Comunicação Social.

Barreiras para a inclusão

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), acessibilidade é a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive sistemas e tecnologias, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

YouTube

Assista às entrevistas completas

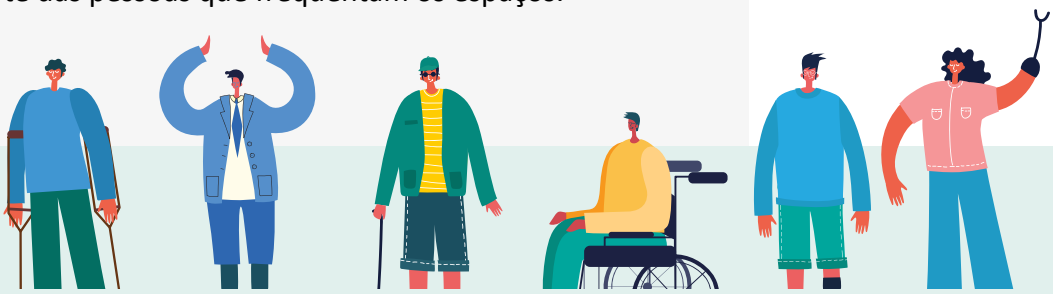
A partir de um modelo social, entende-se a deficiência como relacional, causada pela interação da pessoa com as barreiras presentes na sociedade. Diminuir essas barreiras no acesso à justiça é um dos objetivos do Plano Estratégico Regional da Justiça Federal da 3ª Região para o ciclo 2021-2026.

Inclusão no trabalho

Para possibilitar maior inclusão, a Lei nº 8.213/91 prevê a reserva de vagas de trabalho a pessoas com deficiência. Na Justiça Federal, esse percentual é de 5%, conforme disposto no § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 3.298/99 e na Resolução nº 246/13 do Conselho da Justiça Federal.

A psicóloga Célia Lopomo Pereira, do TRF3, explica que a integração de uma pessoa com deficiência no TRF3 se dá por meio de três áreas: a Divisão de Assistência à Saúde (DSAU), a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGE) e a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da 3ª Região.

“Essas áreas oferecem suporte por meio de orientações a gestores e reuniões com a equipe de trabalho, além de acompanhamento ao servidor deficiente e seus familiares desde sua nomeação até a aposentadoria”, descreve. A psicóloga também concorda que a maior barreira a inclusão é a atitudinal, ou seja, atitudes de preconceito ou de não-inclusão por parte das pessoas que frequentam os espaços.



Dicas anticapacitistas

Com ou sem deficiência, cada pessoa é única e vive de maneira diferente. Confira essas dicas e ajude a promover um ambiente mais inclusivo:

- Chame a pessoa com deficiência pelo nome;
- Para falar sobre o tema, utilize o termo “pessoa com deficiência” ao invés de “pessoa especial” ou “pessoa portadora de deficiência”;
- Não utilize termos capacitistas como “louco”, “aleijado”, entre outros;
- A deficiência é parte da diversidade humana. Trate as pessoas com deficiência com naturalidade;
- Quando quiser saber algo sobre ela, pergunte para a própria pessoa. Esse comportamento evita infantilizar a pessoa com deficiência;
- Antes de fazer algo pela pessoa com deficiência, pergunte se ela realmente precisa e quer ajuda;
- Se for encostar no corpo da pessoa com deficiência, tenha o consentimento dela para isso.

Fonte: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/capacitismo-mestrado-psicologia.pdf

DEZEMBRO MAIS ACESSÍVEL

O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência é celebrado no dia 3/12. Para marcar a data, a Justiça Federal da 3ª Região realizou uma série de atividades.

ACESSIBILIDADE DIGITAL

De 21/11 a 25/11, o TRF3 realizou o curso de acessibilidade digital, voltado para gestores de conteúdo e servidores de comunicação e de tecnologia da informação.

FESTIVA! 1ª FESTA INCLUSIVA

No dia 2/12, o TRF3 levou 20 servidores com deficiência para assistirem ao jogo da Copa do Mundo Brasil x Camarões no "Festiva! 1ª Festa Inclusiva", evento promovido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPED/SP no centro paraolímpico. O evento teve ainda apresentação da companhia Circodança Suzie Bianchi e show da banda Jota Quest.

III ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No dia 29/11, a Justiça Federal em São Paulo realizou o "III Encontro de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência. O Caminho até a Inclusão". Foram ministradas as palestras: "Evolução do modelo de deficiência", com o juiz federal Fabio Luparelli Magajewski; e "Afinal, no que consiste uma avaliação biopsicossocial?", com o perito médico federal Miguel Abud Marcelino. Assista ao vídeo do evento.

WORKSHOP: ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL, ATITUDINAL E DIGITAL

No dia 5/12, o TRF3 realizou o "Workshop: Acessibilidade comunicacional, atitudinal e digital". O objetivo é envolver o público interno para diminuir as barreiras para as pessoas com deficiência no acesso à justiça.

GINCANA LACRE AMIGO

Outra ação que envolve o tema é a Gincana Lacre Amigo da JFSP, cujo objetivo é converter lacres reciclados em cadeiras de rodas.

Justiça Federal em São Vicente completa 11 anos

Município da Baixada Santista é considerado a primeira vila oficial do Brasil

Andrea Aparecida da Silva

Localizada em São Vicente/SP, a 41ª Subseção Judiciária de São Paulo completou onze anos. Ela foi criada pelo Provimento nº 334 - CJF3R, de 22 de setembro de 2011, que implantou, a partir de 04 de novembro daquele ano, a 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal no município.

Prédio da Justiça Federal em São Vicente

Em 10 de outubro de 2014, foi instalada a 1ª Vara Federal na subseção, com competência mista, criminal, do Júri e de Execução Penal.

Hoje, a subseção é responsável por cinco cidades da região: Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e São Vicente.

O Fórum Federal está localizado na Rua Benjamin Constant, 415, no centro da cidade. O edifício possui 2.000 m² de área construída e atende a todos os requisitos de acessibilidade, com sanitários adaptados e rampas de acesso para pessoas com deficiência.

Juíza Federal Anita Villani ao lado do então presidente do TRF3, Roberto Haddad, durante a inauguração da subseção de São Vicente, em 2011

Mulheres em ação

Atualmente, a força feminina é marcante na Justiça Federal em São Vicente, comandada por quatro magistradas:

A 1ª Vara Federal tem como titular a juíza federal Anitta Villani, também diretora da subseção; e, como substituta, a juíza federal Marina Sabino Coutinho. Elas são responsáveis por 4.402 processos em tramitação e 13.896 sobrestados.

Já na 1ª Vara-Gabinete do JEF, Lidiane Maria Oliva Cardoso é a juíza federal titular; e Juliana Blanco Wojtowicz, a substituta. Ambas são responsáveis por 9.484 processos em tramitação e 6.611 sobrestados.

Nessa missão de processar e julgar quase 35 mil processos, elas contam com a dedicação de 36 servidores.

Primeiro povoado

São Vicente está localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, na região metropolitana da Baixada Santista, a 70 km da capital. É o segundo município mais populoso do litoral paulista, com área total de 148,1 km² (parte insular e continental) e densidade demográfica de 2.378,59 hab/km².

Com 370.839 habitantes, é uma estância balneária, instalada na parte oeste da Ilha de São Vicente, entre Santos e Praia Grande. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,768, considerado elevado em relação ao país.

A cidade foi fundada pelo administrador colonial português Martim Afonso de Sousa em 22 de janeiro de 1532 e é o primeiro povoado permanente estabelecido na América Portuguesa. “Cellula Mater da Nacionalidade” e “Cidade Monumento da História Pátria” são títulos que possui por ser a primeira vila oficial do Brasil.

A cidade possui seis praias: Praia do Itararé, Praia dos Milionários, Praia do Gonzaguinha, Praia de Paranapuã, Praia do Itaquitanduva e Prainha Porta do Sol, sendo a última com 100 metros de extensão, pertencente à Marinha e fechada ao público.

Pontos turísticos

O comércio e o turismo são atividades econômicas características da localidade e os principais pontos de visitação são:

- Memorial dos 500 anos;
- Igreja Matriz de São Vicente;
- Marco Padrão;
- Morro da Asa Delta;
- Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado;
- Casa Martim Afonso;
- Casa do Barão;
- Ponte Pênsil;
- Parque Estadual Xixová-Japuí;
- Praça da Biquinha de Anchieta;
- Pedra da Feiticeira;
- Ilha Porchat.

Casa do Barão

Casa Martim Afonso

Marco Padrão

Linha do tempo

Século XVI

A cidade de São Vicente é fundada em 22 de janeiro de 1532, com a instalação de elementos colonizadores como igreja, câmara e pelourinho.

1914

Construção da Ponte Pênsil, projetada pelo engenheiro Saturnino de Brito, que liga a ilha de São Vicente ao continente pelo acesso ao município de Praia Grande.

2011

Instituída a 41ª Subseção Judiciária e implantada 1ª Vara-Gabinete do JEF em São Vicente, pelo Provimento nº 334-CJF3R, de 22/9/2011, a partir de 04/11/2011.

2014

Criada pelo Provimento nº 423/2014, a 1ª Vara Federal começa a funcionar na subseção, com competência mista, criminal, do Júri e de Execução Penal.

2017

PJe foi implantado na Subseção Federal de São Vicente.

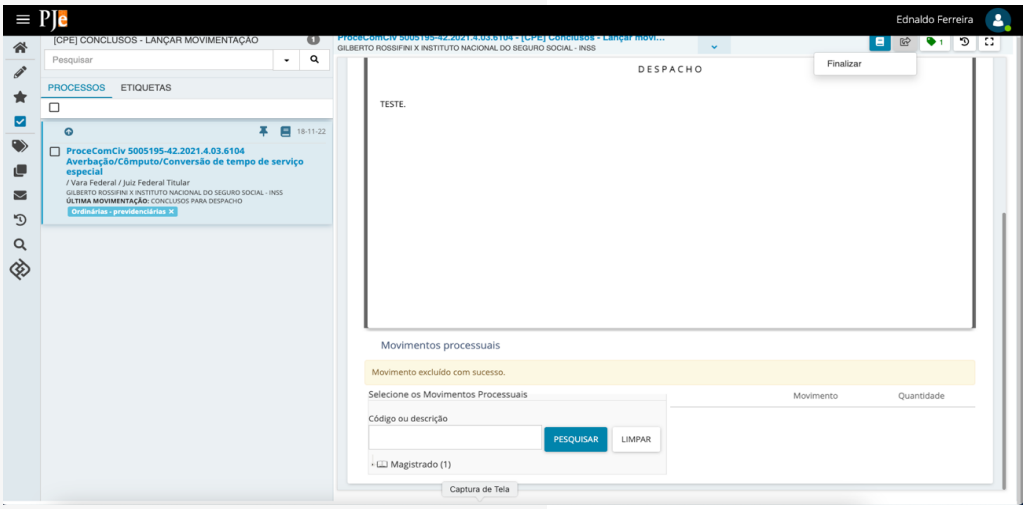
PJe Informa

Tarefa “Conclusos - Lançar movimentação”

A Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação comunica que foram feitos ajustes nos principais fluxos de preparação de ato judicial, para impossibilitar que atos judiciais assinados não tenham a movimentação processual correspondente vinculada.

Se, após a assinatura, a movimentação já estiver vinculada ao ato judicial, o processo tramitará diretamente para a tarefa “Avaliar determinações”, como já ocorria anteriormente. Caso contrário, o processo tramitará para a tarefa “Conclusos - Lançar movimentação”.

Nesta tarefa, será possível visualizar o último ato judicial assinado e deverá ser registrada a movimentação correspondente. Após a inclusão da movimentação processual, deverá ser utilizada a opção “Finalizar”, conforme demonstrado abaixo, para que o processo tramite para a tarefa “Avaliar determinações”.



Observações: Pode ocorrer variação de nomenclatura da tarefa de acordo com o fluxo em que o processo esteja tramitando, por exemplo, “[Crim] Conclusos - Lançar movimentação” ou “[CPE] Conclusos - Lançar movimentação”, etc...

Aconteceu na 3ª Região

PAULO SÉRGIO DOMINGUES TOMA POSSE COMO MINISTRO DO STJ

Em cerimônia realizada no dia 6/12, Paulo Sérgio Domingues e Messod Azulay Neto foram empossados como ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sessão solene foi conduzida pela presidente da corte, ministra Maria Thereza de Assis Moura. Também estiveram presentes o presidente Jair Bolsonaro; o ministro Luiz Fux, representando a presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber; o procurador-geral da República, Augusto Aras; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Beto Simonetti. A presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos, e várias outras autoridades, também participaram da cerimônia.

Ministro Paulo Sérgio Domingues (Foto: ACOM/TRF3)

Paulo Sérgio Domingues é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo e mestre pela Johann Wolfgang Goethe Universität, da Alemanha. Juiz federal desde 1995, tornou-se desembargador federal do TRF3 em 2014. Antes, foi procurador do Município de São Paulo (1987 a 1995). No Tribunal, foi coordenador do Gabinete de Conciliação (2020-2022) e presidente da Comissão de Informática (2016-2022) e vice-diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região. Leia a notícia completa.

TRF3 DÁ POSSE A QUATRO NOVOS DESEMBARGADORES FEDERAIS

No dia 1/12, foi realizada a sessão plenária extraordinária administrativa no TRF3 para empossar os novos desembargadores federais: Victório Giuzio Neto, Ali Mazloum, Herbert Cornélio Peter de Bruyin Júnior e Marcelo Vieira de Campos.

Marcelo Vieira de Campos, Ali Mazloum, Herbert Cornélio Peter de Bruyin Júnior, Victório Giuzio Neto e Marisa Santos, ao centro. (Foto: ACOM/TRF3)

Pelo critério de antiguidade, o Plenário do TRF3 havia indicado, por unanimidade, os juízes federais Victório Giuzio Neto e Ali Mazloum para ocuparem, respectivamente, as vagas dos desembargadores federais Batista Gonçalves e Diva Malerbi. Pelo critério de merecimento, o presidente da República nomeou o juiz federal Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior, indicado pela terceira vez seguida. Ele

vai ocupar a vaga da desembargadora federal Lúcia Ursaia. Já o advogado Marcelo Vieira de Campos foi nomeado para vaga da desembargadora federal Cecília Marcondes, reservada ao quinto constitucional, classe dos advogados. Leia a notícia completa e conheça os novos magistrados.

INAUGURADA A 3ª VARA-GABINETE DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL EM CAMPINAS

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e a Seção Judiciária do Estado de São Paulo inauguraram, no dia 5/12, a 3ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal (JEF) da 5ª Subseção Judiciária, no município de Campinas/SP. A nova unidade irá processar, conciliar e julgar demandas cíveis em geral, de até 60 salários-mínimos, e receberá um terço do acervo total das duas varas-gabinete da Subseção Judiciária.

O evento contou com a presença da presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos; da coordenadora dos JEFs da 3ª Região, desembargadora federal Daldice Santana; do diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, juiz federal Mário Ferro Catapani; e do diretor da 5ª Subseção Judiciária, juiz federal Raul Mariano Júnior. Assista ao vídeo.

JUSTIÇA FEDERAL TEM NOVA SEDE EM JUNDIAÍ

O TRF3 também inaugurou, no dia 20/10, a nova sede da Justiça Federal em Jundiaí/SP, que possui duas varas federais e um Juizado Especial Federal.

Inauguração da nova sede em Jundiaí. (Foto: ACOM/TRF3)

Localizado na Rua Eduardo Tomanik, 320, Chácara Urbana, o prédio tem seis andares e dispõe de uma sala destinada aos advogados, auditório, central de informática, dois elevadores e banheiros, conforme regramentos do Conselho Nacional de Justiça.

A presidente Marisa Santos destacou a importância de a estrutura física ser compatível com a demanda. Ela lembrou que a Justiça Federal foi criada em 1967 e vem crescendo gradualmente, o que exige a atualização da estrutura física. “Haverá conforto para quem trabalha e para quem for atendido. Será um novo tempo.” Assista ao vídeo.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO É REALIZADA DE 7 A 11 DE NOVEMBRO

Neste ano, a Semana Nacional da Conciliação aconteceu de 7 a 11/11, com o tema “menos conflitos e mais recomeços”. Em São Paulo, a abertura do evento foi realizada no auditório do prédio-sede do TRF3, em parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo. Na ocasião, foi apresentado um vídeo sobre o trabalho da 3ª Região para promover acordos. Ainda na cerimônia, foram homenageados a presidente do TRF3, magistrados, servidores e colaboradores de São Paulo e Mato Grosso do Sul pelo trabalho voltado à pacificação de conflitos.

Semana Nacional da Conciliação (Foto: ACOM/TRF3)

Para o coordenador do Gabinete da Conciliação do TRF3, desembargador federal Carlos Muta, a semana é uma das agendas mais importantes no compromisso do Judiciário. “A conciliação deve ser lembrada como instrumento civilizatório para garantir o compromisso de uma paz social e política”.

Durante a semana, somente a Central de Conciliação de São Paulo/SP alcançou 70% de acordos em audiências. O valor negociado ultrapassou R$ 244 milhões. “A Semana foi um sucesso. As pessoas saíram felizes com os acordos, além de emocionadas e aliviadas”, disse a coordenadora da Cecon/SP, juíza federal Ana Lúcia Iucker Meirelles de Oliveira.

PROJETO PRESIDÊNCIA ITINERANTE VAI A JALES E ARAÇATUBA

Em nova etapa do projeto Presidência Itinerante, a desembargadora federal Marisa Santos esteve nos municípios de Araçatuba (7 a 9/11) e Jales (10 a 11/11), durante a Semana Nacional da Conciliação. O objetivo é promover a integração da Justiça Federal da 3ª Região, com foco nas subseções distantes da sede do TRF3.

Presidência Itinerante em Jales (Foto: ACOM/TRF3)

No dia 8/11, recebeu a visita do prefeito de Araçatuba/SP, Dilador Borges. Recebeu, também, no dia 9/11, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

No dia 10/11, a presidente reuniu-se com o prefeito de Jales, Luís Henrique dos Santos Moreira, e outras autoridades locais, na sede da Subseção Judiciária. Na ocasião, a magistrada foi declarada Hóspede Oficial do Município. Ela também se reuniu com representantes da OAB local, da Polícia Federal, e da Defensoria Pública da União. Assista a um reels com um resumo do projeto.

TRF3 PARTICIPA DE 1º CONGRESSO DO FONAJUS

No dia 18/11, foi realizado o 1º Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A presidente do TRF3, Marisa Santos, integrou a mesa de honra da abertura do solenidade, conduzida pelo conselheiro do CNJ Richard Pae Kim, supervisor do Fonajus. Ela também presidiu a mesa do painel "Saúde 5.0 e Judicialização da Saúde".

O coordenador do Gabinete da Conciliação do TRF3, desembargador federal Carlos Muta, foi um dos palestrantes do "Tema 4 – Questões processuais nas demandas de Saúde", na mesa de debates sobre Competência. Ele apresentou as principais questões de saúde debatidas no Supremo Tribunal Federal desde os anos 90. Ele destacou que a atuação do Judiciário foi decisiva para a criação de políticas públicas importantes, como a distribuição de medicamentos contra HIV/AIDS. Leia a notícia completa.

TRF3 RECEBE PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE PRATA 2022

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi vencedor na categoria prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, conferido aos tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação é oferecida às cortes que superam pontuação média de atingimento de metas relativas aos eixos de governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia, acima de 50%. As metas fixadas anualmente pelo CNJ buscam definir parâmetros de referência para o Judiciário Nacional, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional e melhorar a qualidade e a eficiência do serviço judicial.

Dentre os Tribunais Regionais Federais, o TRF3 ocupou a 4ª posição com o percentual de 55,29%. Em terceiro lugar, ficou o TRF2, que atingiu 66,28%. Os dois órgãos receberam o Prêmio CNJ de Qualidade Prata. O TRF5, por atingir a pontuação de 67,06%, obteve o Prêmio CNJ Qualidade Ouro, e o TRF4, com 72,26%, recebeu o Prêmio CNJ Qualidade Diamante, a maior premiação. O Tribunal com maior pontuação geral foi o Tribunal de Justiça de Roraima, que atingiu o percentual de 91,29%.

Prêmio CNJ de Qualidade (Foto: ACOM/TRF3)

Revista 3R completa um ano

Relembre os principais acontecimentos de 2022 nas edições anteriores

A 3R é a publicação unificada da Justiça Federal da 3ª Região, que divulga as reportagens mais importantes de interesse dos magistrados e servidores. De responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social do TRF3, este informativo bimestral completa um ano.

Relembre todas as edições anteriores:

JUSTIÇA
FEDERAL
TRF3

BOAS FESTAS

FELIZ NATAL E QUE 2023
SEJA PLENO EM REALIZAÇÕES,
PAZ E ESPERANÇA.